FAUF Pág. Nº 69 Rubrica SETOR DE COMPRAS

MARTINS

MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 43.214.055/0001-07

2/2

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

k. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e o volume de operações de venda a prazo praticado não ser representativo em relação ao total de vendas, a Sociedade considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes e/ou quando da cessão desses títulos ao Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, em que o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a seus clientes.

l. Investimentos em controladas
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido.
As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

m. Arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, como:
Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.

n. Provisões
Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o. Empréstimos e financiamentos
Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.
A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente nos demais ativos e passivos não circulantes, uma vez que ela considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

q. Dividendos e juros sobre o capital próprio
A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

4. Investimentos
Principais informações de controladas

31/12/15	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIMSP	SLIMNE
Ativo total	15.432	587	13.005	27.011	18.490	18.208	12.253
Passivos circulante e não circulante	11.902	17	11.078	13.414	4.408	7.609	4.193
Patrimônio líquido	3.530	570	1.927	13.597	14.082	10.599	8.060
Lucro (prejuízo) do exercício	14.446	(7)	3.956	13.878	8.555	7.199	2.152

31/12/14	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIMSP	SLIMNE
Ativo total	12.756	579	14.860	21.355	18.728	7.863	1.870
Passivos circulante e não circulante	9.129	1	12.940	10.344	5.566	1.104	1.870
Patrimônio líquido	3.627	578	1.920	11.011	13.162	6.759	-
Lucro (prejuízo) do exercício	9.093	3	4.711	5.811	1.085	-	-

5. Imobilizado

Controladora	Taxa (i) - %	31/12/15 Custo	31/12/15 Depreciação acumulada	31/12/15 Líquido	31/12/14 Custo	31/12/14 Depreciação acumulada	31/12/14 Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,68	9.649	(5.988)	3.661	9.639	(5.644)	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,44	8.388	(6.608)	1.780	8.568	(5.357)	3.211
Máquinas e equipamentos	12,59	62.558	(38.902)	23.656	58.409	(34.511)	23.898
Equipamentos de informática	38,97	36.359	(30.124)	6.235	34.781	(29.687)	5.094
Veículos	18,85	33.892	(19.401)	14.491	50.867	(28.384)	22.483
Aeronaves	10,53	22.780	(21.959)	821	22.780	(21.859)	921
Móveis e utensílios	16,20	5.917	(4.433)	1.484	5.832	(4.077)	1.755
Outros	21,10	18.051	(16.006)	2.045	17.653	(14.695)	2.958
Imobilizado em andamento (ii)	-	-	-	-	1.854	-	1.854
Total		197.730	(143.421)	54.309	210.519	(144.214)	66.305

Consolidado	Taxa (i) - %	31/12/15 Custo	31/12/15 Depreciação acumulada	31/12/15 Líquido	31/12/14 Custo	31/12/14 Depreciação acumulada	31/12/14 Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,68	9.649	(5.988)	3.661	9.639	(5.644)	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,44	8.405	(6.613)	1.792	8.578	(5.357)	3.221
Máquinas e equipamentos	12,59	63.570	(39.230)	24.140	59.071	(34.600)	24.471
Equipamentos de informática	38,97	36.951	(30.420)	6.531	35.276	(29.895)	5.381
Veículos	18,85	83.148	(32.105)	51.043	79.377	(31.696)	47.681
Aeronaves	10,53	22.780	(21.959)	821	22.780	(21.859)	921
Móveis e utensílios	16,20	6.116	(4.522)	1.594	6.030	(4.144)	1.886
Outros	21,10	18.085	(16.040)	2.045	17.941	(14.729)	3.212
Imobilizado em andamento (ii)	-	1.598	-	1.598	12.146	-	12.146
Total		250.238	(156.877)	93.361	250.974	(147.924)	103.050

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação.
(ii)Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

6. Intangível

Controladora	Taxa (i) - %	31/12/15 Custo	31/12/15 Amortização acumulada	31/12/15 Líquido	31/12/14 Custo	31/12/14 Amortização acumulada	31/12/14 Líquido
Sistema de processamento de dados	22,53	54.858	(43.698)	11.160	48.344	(38.564)	9.780
Marcas e patentes	8,23	639	(404)	235	527	(378)	149
Intangível em andamento (ii)	-	4.674	-	4.674	1.103	-	1.103
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		60.181	(44.102)	16.079	49.984	(38.942)	11.042

Consolidado	Taxa (i) - %	31/12/15 Custo	31/12/15 Amortização acumulada	31/12/15 Líquido	31/12/14 Custo	31/12/14 Amortização acumulada	31/12/14 Líquido
Sistema de processamento de dados	22,53	56.056	(44.605)	11.451	49.490	(39.354)	10.136
Marcas e patentes	8,23	706	(412)	294	586	(387)	199
Intangível em andamento (ii)	-	6.670	-	6.670	1.133	-	1.133
Outros	-	10	-	10	10	-	10
		63.442	(45.017)	18.425	51.219	(39.741)	11.478

(i) Taxa média ponderada anual de amortização.
(ii) Referem-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos, e tem prazo para início de amortização a partir de 2015.

7. Empréstimos e financiamentos
Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização.

	Taxa Anual de juros - %	Vencimento	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14	Consolidado 31/12/15	Consolidado 31/12/14
Linhas de crédito (a)	109,7 do CDI	22/05/16	60.847	53.095	60.847	53.095
Banco do Brasil S.A.			-	584	-	584
Arrendamento mercantil (b):	13,16 a.a.	23/09/15	4.498	6.980	4.498	6.980
HP Financial Services	2,5 a.a.	01/09/17	904	2.289	904	2.289
Banco Itaú Leasing S.A.	CDI + 0,77	01/01/16	-	198	-	198
Banco IBM S.A.	CDI + 2,05	25/04/15	-	215	-	215
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 2,05	02/05/15	241	413	241	413
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	02/09/16	470	808	470	808
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	11/10/16	-	-	10.676	5.284
HSBC Bank Brasil S.A.	6 a.a.	18/11/19	-	-	194	218
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	214.941	205.636	201.449	198.082
Banco J. Safra S.A	112 do CDI	02/06/19				
Rabobank - FIDC (c)			281.901	270.218	279.279	268.166
Total			64.919	5.600	67.647	6.703
Passivo circulante			216.982	264.618	211.632	261.463
Passivo não circulante			281.901	270.218	279.279	268.166
Total						

(a) Linha de crédito do Banco do Brasil S.A. - o empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. foi firmado em 23 de junho de 2010, no montante original de R$45.000, liberado integralmente. Os juros e encargos anuais incidentes sobre os referidos créditos correspondem a 99% da variação do CDI, com vencimento em 7 de junho de 2013, em parcela única de principal e juros, tendo como garantia o aval da controladora Almart. Em 7 de junho de 2013 foram pagos os juros pertinentes ao período mencionado, tendo sido repactuada a linha de crédito no montante original contratado, com vencimento em 22 de maio de 2016, e incidência de juros e encargos anuais à taxa de 109,7% da variação do CDI, com pagamento em parcela única de principal e juros ao final da operação. O aval da controladora Almart foi retirado, sendo esta repactuação isenta de garantia.
(b) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
(c) O Martins FIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição dos direitos creditórios de clientes da Sociedade. O Fundo adquire diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo. O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2015 era de R$215.310 (R$206.115 em 31 de dezembro de 2014).
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras.

8 - Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade, no montante de R$124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.
Em Assembleia Geral extraordinária realizada em 31 de março de 2014, os acionistas deliberaram pela redução de capital social da companhia mediante cancelamento de 5.554.803 ações ordinárias detidas pela acionista Martins Participações Ltda., e em pagamento os acionistas aprovaram a transferência do imóvel localizado no estado da Paraíba.
A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

b. Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal foi constituída pela diferença entre o seu montante registrado até 31 de dezembro de 2013 e o valor de 20% sobre o capital social.
A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.
A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14
Lucro líquido do exercício	16.557	72.037
Constituição de reserva legal	-	(2.666)
Base de cálculo dos dividendos	16.557	69.371
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.139	17.342
O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio, líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	-	(4.707)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	(831)
Dividendos intermediários pagos	-	(5.970)
Dividendos a pagar	4.139	5.835
Saldo remanescente de dividendos de anos anteriores a pagar	2.061	-
Total dividendos a pagar	6.200	5.835
Dividendos pagos durante o exercício (*)	16.000	-

(*) Dividendos pagos com lucros retidos de anos anteriores, conforme autorizado em Assembléia Geral dos acionistas

A Sociedade optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.

Diretoria

Alair Martins do Nascimento
Presidente do Conselho de Administração

Walter Domingues de Faria Júnior
Diretor Geral

Renato Riston Luz
Diretor Financeiro

Contador
Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG

236 cm -24 799467 - 1

FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – FAUF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2016

Objeto: Contratação do palestrante Wesley Barbosa através da empresa Instituto de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional Ltda-ME para o evento Fórum de Mídias Sociais – TCT 21.13/2015. Fundamento Legal: Inciso II do art. 25 da Lei 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade em 22/02/2016 por Lilian Silva, Membro da Comissão de Licitação. Ratificação em 22/02/2016, por Jucélio Luiz de Paula Sales, Presidente. Valor: CAD R$10.000,00.

3 cm -22 798347 - 1

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REGISTRO DE CHAPAS - De acordo com as disposições contidas no Regulamento Eleitoral, faço saber aos que este edital virem ou dele tomarem conhecimento, que uma única chapa concorrente eleição a ser realizada no dia 18 (dezoito) de março de 2016, foi registrada na secretaria deste Sindicato, e assim está constituída a Cédula Única: DIRETORIA: PRESIDENTE: Ricardo Vinhas Corrêa da Silva; 1º VICE-PRESIDENTE: Eduardo Paoliello, 2º VICE-PRESIDENTE: Alexandre Magno D'Assunção Freitas, 3º VICE-PRESIDENTE: André Luiz Martins Gesualdi; 1º DIRETOR ADMINISTRATIVO: Luciano de Avelar, 2º DIRETOR ADMINISTRATIVO: Sérgio Márcio Gouveia Mariano da Silva; 1º DIRETOR FINANCEIRO: João Marcelo de Araújo Machado, 2º DIRETOR FINANCEIRO: Aluísio Bartolomeu Pégo de Oliveira; DIRETORES ADJUNTOS: Helton Silva Gontijo, Marco Aurélio de Meira Braga, Vagner Facin de Araújo, Olavo Alves Corgosinho, José Pedro de Alcântara Neto; CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: Paulo Roberto das Neves Lima, Leonidio Soares, José Calazans Alves; SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL: Mauro Mansur Lasmar Júnior, Túlio Tamietti Prado Galhano, Aílton Ricaldoni Lobo; DELEGADOS JUNTO À FIEMG - EFETIVOS: Ricardo Vinhas Corrêa da Silva, Olavo Machado Junior; DELEGADOS SUPLENTES: João Marcelo de Araújo Machado, André Luiz Martins Gesualdi. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação, a contar da data de publicação deste aviso. Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2016. RICARDO VINHAS CORRÊA DA SILVA - PRESIDENTE.

6 cm -24 799414 - 1

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS,EDITAL DE CONVOCAÇÃO, O presidente no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todas as empresas do segmento, associadas ou não associadas para participarem de Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 01 (primeiro) de março de 2016 (terça-feira), às 16:30 horas em primeira chamada e 17:00 horas em segunda e derradeira, com qualquer número de presentes, na Rua Uberlândia nº 377 - Bairro Carlos Prates, nesta Capital, para deliberarem, exclusivamente, sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e deliberação quanto à pauta de reivindicações do SINDSEMG – Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de Minas Gerais, CNPJ 23.971567/0001-00, visando a celebração do instrumento normativo do ano de 2016. 2) Designação da comissão geral de negociações coletivas para 2016. 3) Poderes a comissão de negociação suficiente para a pactuação das convenções coletivas de trabalho 2016. 4) Assuntos correlatos. Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016. Renato Fortuna Campos-PRESIDENTE.

4 cm -24 799278 - 1

SINDICATO RURAL DE TUPACIGUARA- AVISO DE EDITAL - Processo Análogo de Licitação: 001/2016 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - O Sindicato Rural de Tupaciguara, torna público processo análogo de licitação nº 001/2016, modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, objetivando a aquisição de um veículo pickup ano 2016/2016 ou superior, total flex, cabine dupla, motor 1.4 ou superior, direção hidráulica, ar condicionado, garantia total, cinto de segurança de 3 pontos, banco do motorista com ajuste de altura, protetor de caçamba, altura do solo mínima de 170 mm, desempanho, alarme antifurto, trava elétrica portas e vidros, airbags passageiro e motorista, som, capota marítima, tampa de caçamba removível e com chave, capacidade de caçamba mínima de 600 kg, cor metálica. A sessão será realizada no dia 17/03/2016 às 14:00 horas na sala de reuniões da sede do Sindicato Rural de Tupaciguara na Rua Bueno Brandão nº 12- Centro. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34)3281-2213 ou por e-mail: srtpc@netsite.com.br. CARLITO LEMES DA SILVA- Presidente. Tupaciguara-MG 24 de fevereiro de 2016.

4 cm -24 799677 - 1